

A Guerra contra o Paraguai

História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte II*

Mário Maestri**

Restauração historiográfica

Em fins de 1990, com a consolidação do movimento geral de restauração historiográfica no Brasil, impulsionada pela mídia; por programas de pós-graduação; por agências financiadoras; por grandes editoras, etc., criavam-se as condições ideais para a concretização desse processo quanto à Guerra do Paraguai, de singular importância, devido o caráter central daqueles fatos para a ideologia de Estado e ao sucesso de público de *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, de J. J. Chiavenatto.

Em 1889, Francisco Doratioto defendeu a dissertação de mestrado “As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. (1822-1889)”, na Universidade de Brasília. Em 1991, publicou estudo de divulgação, pela Editora Brasiliense – *A guerra do Paraguai: 2ª visão* – e, em 1996, ensaio mais alentado, pela Editora Ática – *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*.¹ Os cinco anos de diferença entre os dois trabalhos registram importante evolução na leitura dos fatos pelo autor.

Na “Introdução” de *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*, Doratioto prometeu superar as limitações da “historiografia tradicional” que “personalizara” a história, ao “apontar as ambições do ditador Solano López como causadoras da guerra” e da “teoria ‘imperialista’”, então “dominante”, que responsabilizara a Inglaterra pelo confronto. Para o autor, o conflito seria essencialmente produto da “formação e definição do caráter dos Estados nacionais, em que setores da classe dominante seriam hegemônicos na organização estatal e, portanto, mais beneficiados por ela, na região do Rio da Prata.”² Portanto, uma proposta de análise que se dispunha superar a historiografia nacional-patriótica e os lapsos das leituras revisionistas brasileiras.

Em análise sobretudo político-nacional, Doratioto apresenta sinteticamente a conjuntura do Prata quanto aos países envolvidos nos acontecimentos, da crise do regime colonial ao início da guerra, enfatizando a tentativa da burguesia mercantil portenha de impor sua hegemonia regional, grande razão da independência e do isolamento paraguaio, como proposto.³ Assinala que a vontade de domínio hegemônico do Prata levou igualmente Império a obstaculizar a reconstituição nacional do Vice-Reinado do Prata em torno de Buenos Aires.

O autor analisa o relacionamento entre o Império e o Paraguai, determinado pela vontade do último de demarcar as fronteiras a partir da situação quando do fim do regime colonial, enquanto o Império, interessado na livre navegação dos rios paraguaios para escoamento da

* Trabalho apresentado no V Encuentro Anual del CEL. “La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos”. Buenos Aires – 3 de novembro de 2008 Mesa Historiografia: Francisco Doratioto (Instituto Río Branco); Mario Maestri (PPGH - UPF); Laura Reali (U. Paris VII)

** Mário Maestri, 60, é professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, RS. E-mail: maestri@via-rs.net

¹ Doratioto, Francisco. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

² Id. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. Op.cit. p. 14

³ Id. ib.p. 16

produção mato-grossense, defendia delimitação apoiada no princípio do *uti possidetis de facto*, ou seja, na ocupação dos territórios por seus habitantes em contínua expansão. Ressalta que o Império e a Argentina mobilizavam-se para que o Paraguai não se tornasse potência regional.

Em 1852, a queda de Rosas e a consolidação da oligarquia mercantil portenha criaram nova situação. Na década seguinte, o esforço autônômico do governo uruguaio *blanco* levou a que o Brasil se aproximasse da Argentina liberal-mitrista que concordou com intervenção apoiada nos *colorados* uruguaio, associados à manutenção da submissão em relação à Argentina e sobretudo ao Império. Ao contrário, os *blancos* uruguaio contavam com o apoio ou simpatia da província de Entre Ríos, dos federalistas argentinos e do Paraguai, interessado em garantir uma saída ao mar.⁴

Hegemonia compartilhada

A aquiescência da Argentina mitrista enfraquecida à intervenção imperial selaria a sorte do Paraguai. Segundo o autor, “no final dos anos 1850 e inícios da década seguinte, a hegemonia do Império só não era completa no Prata devido à resistência do governo de Assunção.”⁵ O controle do Uruguai e do porto de Montevideu punha fim à possibilidade de livre saída ao mar do Paraguai e assentava golpe terrível no federalismo argentino, ensejando que o governo paraguaio determinasse, conseqüentemente, a intervenção no Uruguai como *casus belli*.

Em 1864, a intervenção no Uruguai ensejou o envio de tropas paraguaias para ocupar as terras em litígio com o Brasil, no atual Mato Grosso do Sul, e pedido à Argentina, nas mãos dos liberais portenhos, de direito de passagem de tropas por Corrientes, para atacar ao Império. Em 1856, a Confederação Argentina acordara aquele direito ao Império, contra o Paraguai. A esperada negativa de Mitre de conceder a autorização motivou declaração de guerra à Argentina que enfraqueceu o apoio paraguaio naquele país.⁶

Apesar da ênfase nas relações político-diplomáticas, o ensaio esforça-se em definir sociologicamente os grandes protagonistas históricos, em superação de historiografia meramente político-descritiva. Juan Manuel de Rosas é proposto como “líder dos produtores de charque para exportação”, apoiado pelos “comerciantes e financistas portenhos, monopolizadores do comércio exterior.”⁷ Propõe que os *colorados uruguaio* representassem sobretudo os “comerciantes” e as “potências européias” vinculados às “idéias liberais”, enquanto os *blancos*, os “proprietários rurais” “que se opunham à intervenção européias no país”.⁸

Os *unitários* argentinos são definidos como “basicamente” “comerciantes de Buenos Aires”, que “defendiam um modelo centralizado”, enquanto os *federalistas*, como grandes estancieiros, “pequenos manufatureiros e comerciantes vinculados ao mercado regional”, favoráveis à descentralização.⁹ Afirma-se que “apenas a burocracia imperial” era capaz de defender a escravidão, ao dispor “de meios diplomáticos e políticos capazes de se oporem às pressões britânicas” anti-tráfico e possuir a capacidade de confirmar as “prerrogativas dos grandes proprietários rurais” de “manter a ordem” e seus “privilégios”.¹⁰ Portanto, um

⁴ Id.ib. 34

⁵ Id.ib. p. 41

⁶ Id.ib. p. 40

⁷ Id.ib. p.21

⁸ Id.ib. p. 19

⁹ Id.ib. p. 20

¹⁰ Id.ib. p. 23

conflito que envolvia as principais classes sociais da região, mais do que as nações nas quais se organizavam.

O autor propõe sobre o governo de Carlos López: “Na ausência de um setor social com experiência administrativa e capital financeiro para tanto, o Estado assumiu essa dinamização, passando a representar os interesses da nascente burguesia rural, ligados à expansão do regime capitalista, com base na exploração da agropecuária e mão-de-obra barata e disciplinada, visando ao mercado externo.”¹¹

Dois caminhos

Sobretudo nas páginas finais, o ensaio empreende justificativa sistemática da ação do Império, acompanhada sempre da apresentação da busca de hegemonia pelas “classes dominantes” do Império e da Argentina que desembocou no terrível drama. É também clara no estudo a tendência a uma leitura relativista da ação das nações, como jogo normal de defesa de seus interesses, estranho a qualquer valoração ética: “A guerra iniciada em 1865 interessava, por diferentes motivos, a todos os Estados envolvidos.”¹² Visão em contradição com a apresentação da forte pugna no interior de Estados como a Argentina e o Uruguai.

Como prometera o autor, o ensaio supera substancialmente as apresentações maniqueísta da historiografia nacional-patriótica brasileira do Dr. Francia, de Carlos Antonio López e, sobretudo, de Francisco Solano López, apresentados como estadistas interessados na promoção de suas nações. Em *Guerra do Paraguai: 2ª Visão*, não encontramos sequer uma das tradicionais demonizações do chefe de Estado paraguaio ou de suas tropas, próprias à literatura tradicional brasileira.

Ao contrário, o autor tenta circunscrever as razões objetivas da derrota paraguaia, que se deveria, “basicamente” a “dois motivos”. “De um lado, Urquiza faltou aos compromissos que contraíra com Solano López, privando-o de apoio efetivo dentro da Argentina. Por outro, no Uruguai, os *blancos* não se mantiveram numa resistência prolongada em Montevidéu, como era esperado [...]”¹³

Na conclusão, o autor retoma a crítica à tese “imperialista”, apresentada como “resultado de bandeiras das lutas políticas dos anos 60 e 70 – como o antiamericanismo e terceiro-mundismo –, projetadas na análise do passado, em busca de fundamento histórico”. Visão não de todo incorreta, apesar de redutora e imparcial, de uma *tese inglesa* esposada por apenas parte da literatura revisionista, em geral de corte popular-americanista. Lembra pertinentemente que a superestimação do imperialismo sugere a incapacidade dos povos e estados *periféricos* de determinarem sua própria história.

Uma crítica a [parte do] revisionismo [brasileiros] que não impede o reconhecimento da sua importância historiográfica: “Cabe, porém, ao revisionismo o mérito de demonstrar a fragilidade da historiografia tradicional sobre o tema e questionar a utilização dessa guerra na construção de mitos. Enfim, o revisionismo fez ressurgir o interesse pela guerra [...], a qual, no Brasil, até então era quase exclusivamente motivo para comemorações, nas datas das grandes batalhas, e de referência ao se buscar as origens da construção do Exército que derrubaria a Monarquia em 1889.”

Na sua brevidade, *A Guerra do Paraguai: 2ª Visão*, de 1991, constituiu importante contribuição ao conhecimento histórico daqueles acontecimentos que apontava para duas grandes possibilidades de desdobramento: a radicalização crítica da leitura revisionista ou a

¹¹ Id.ib. p. 27

¹² Id.ib. p. 71

¹³ Id.ib. p. 66

recaída na defesa apologética das ações do Estado imperial. Paradoxalmente, parecia pender mais para a primeira alternativa.

Uma Nova Leitura

Em *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*, de 1996, Doratioto avança a análise, abordando o conflito propriamente dito. O ensaio caracteriza-se pela inflexão do esforço de interpretação sociológica e estrutural dos sucessos e pela ênfase da defesa da ação do Estado imperial, em um viés não raro já claramente nacional-patriótico.¹⁴ Em verdade, o trabalho inicia com a afirmação paradoxal de que o “Império demonstrou [no Paraguai] sua capacidade de travar uma guerra com características inéditas que o obrigaram a mobilizar recursos humanos e materiais em larga escala”.¹⁵ E retoma, igualmente, a proposta de Salles da modernidade das forças armadas paridas no confronto: “Foi o Exército, que o Estado imperial estruturara durante a guerra do Paraguai em padrões modernos de organização e armamento, o instrumento que pôs fim a Monarquia [...]”.¹⁶

No segundo capítulo, empreende apresentação das disputas do Plata anteriores ao confronto, sem o destaque ao amplo papel desempenhado pela oligarquia portenha no conflito do primeiro ensaio, no contexto de uma já permanente absolvição-relativização das responsabilidades do Estado imperial, em geral através da ignorância de questões fundamentais, como a disposição do Brasil em entrar em guerra com o Paraguai, muito anterior ao conflito, e a garantia da independência uruguaia por aquele país, como condição para sua autonomia nacional.

A guerra do mate

O autor utiliza recursos narrativos para elidir contradições históricas, como a referência *neutra* à “queda de Rosas”, sem registro da também participação do Império, ou a *pasteurização* textual das responsabilidades imperiais na intervenção no Uruguai, em 1864, com apoio da oligarquia portenha. “O governo argentino, que rompera relações diplomáticas com o Uruguai, reconheceu o direito [sic] de o Império agir contra esse país, sempre respeitando [sic] a integridade territorial [sic] e a independência uruguaia. [sic].”¹⁷

A abordagem telegráfica da sociedade paraguaia e semi-ignorância do caráter das sociedades brasileira, uruguaia e argentina sinalizam a retomada substancial de análise político-factual, de “trincheira”, desde a ótica das classes dominantes imperiais, da historiografia nacional-patriótica. A própria decisão de Pedro II de prosseguir a hecatombe é elogiada: “Foi a persistência [sic] do imperador, no crítico ano de 1868, em favor do prosseguimento da luta [sic] que abortou qualquer discussão sobre seu fim que não fosse pela vitória militar.”¹⁸

Ainda que matizada, retoma-se a diabolização tradicional do *inimigo*, totalmente ausente no primeiro trabalho, como assinalado: “[...] o navio de guerra paraguaio *Iporá*, [...] tinha ‘à vista do público, uma corda contendo grande quantidade de orelhas humanas, postas a secar, que pertenciam aos infelizes tripulantes da [canhoneira] *Anhambai*.”¹⁹ Afirma-se sobre o combate de 3 de novembro de 1867: “A soldadesca [sic] paraguaia, em lugar de continuar a

¹⁴ Doratioto, Francisco. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

¹⁵ Id.ib. 7

¹⁶ Id.ib. 8

¹⁷ Id.ib. 18

¹⁸ Id.ib.52

¹⁹ Id.ib.20

combater, entregou-se ao saque [...].”²⁰ A tropa imperial, salvo engano, não recebe jamais tal tratamento.

Embrenhado nas contradições da historiografia nacional-patriótica, para explicar a *tibieza* das tropas imperiais, que reconhece numerosas e bem armadas, retoma os argumentos tradicionais da falta de preparo inicial dos exércitos; de conflitos políticos internos; das “peculiaridades do conflito”, etc., como se esses *handicaps negativos* contassem apenas para as tropas imperiais.

Pequeno e mal-armado

Sobre a invasão do Rio Grande, afirma: “[...] o Exército brasileiro [em senso estrito] era pequeno e mal armado, contando com no máximo dezoito mil soldados com moral baixo [...]” “Durante a guerra do Paraguai não houve trégua na encarniçada luta política” entre liberais históricos, liberais progressistas e conservadores. “Compreende-se [...] a facilidade com que as forças paraguaias avançaram em território brasileiro”. Esquece que apenas o Rio Grande tinha população maior do que a assinalada para o Paraguai, superando os 430 mil habitantes, em 1872.²¹

A inoperância da Armada deveria-se ao fato de seus navios terem “dificuldades para manobrar em vias fluviais” e às “desconfianças de Tamandaré para com o aliado argentino”.²² A passividade do almirante nasceria também de sua “idade avançada”, apesar de não ter ainda 57 anos ao assumir o comando no Plata, enquanto que, ao entrar em Assunção, Caxias cumpriria os 66 anos! O autor convém que o substituto de Tamandaré não primou também pela decisão, sem explicar tal fato.²³ Quando da guerra, com a acusação de que Tamandaré sofresse de “decrepitude precoce”, criticava-se ironicamente a sua falta de decisão nos combates.²⁴

Acompanham as justificativas do vexame militar imperial no Plata elogios áulicos dos oficiais maiores. Sobre Osório, lemos: “Seu retorno ao Paraguai teve efeito psicológico positivo sobre o Exército imperial, pois esse general gozava de grande prestígio perante os soldados graças à sua capacidade tática [sic], a coragem e frieza em combate e pela camaradagem com os subalternos.” Não se registra como tal prestígio fogueou as tropas imperiais no combate aos paraguaios e não há referimento às duras críticas sofridas pelo general, como as realizadas pelo oficial-engenheiro André Rebouças.²⁵

Lê-se sobre Caxias na batalha da ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868: “[...] Caxias, que acompanhava a luta de uma colina, desembainhou a espada e aos gritos de ‘Vivas ao Imperador e ao Brasil!’, lançou-se sobre a ponte, gritando para a tropa que o seguisse, sendo alvejado [sic] pelas balas dos defensores que chegaram a matar seu cavalo. Graças a esse ato temerário, Caxias conseguiu pôr fim à debandada de seus soldados, que, entusiasmados, retornaram ao ataque e conquistaram a ponte.”²⁶ Proposta que abandona de todo a historiografia para abraçar a lenda militar-patriótica.

Esses elogios áulicos não são extensivos a Solano López: entretanto, se explicarmos a *produtividade* dos exércitos como consequência direta de seus oficiais superiores, posição

²⁰ Id.ib.47

²¹ Id.ib. p. 24; Maestri, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

²² Doratioto, Francisco F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Op.cit. p. 30

²³ Id.ib. p. 44

²⁴ Rebouças, André Pinto. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973. p. 30.

²⁵ Id.ib. p. 53 *et passim*.

²⁶ Id.ib.p. 68

para nós inaceitável, o paraguaio mereceria o denominativo de “Napoleão do Prata”, ao conseguir resistir com escassas tropas mal-armadas, por tanto tempo, ao enorme esforço militar aliancista!

Retomam-se as explicações da combatividade paraguaia como produto da repressão; atraso nacional; galvanização carismática. “Durante a guerra o governo paraguaio estendia a punição daqueles acusados de falta grave, como tradição, rendição ou deserção, também aos familiares. [...] todo soldado paraguaio era responsável pelo seu companheiro de trincheira [...]” Fatos que transforma a “fidelidade e sacrifícios extremos que caracterizaram os combatentes paraguaios”, além da sua “combatividade”, fenômenos sem explicação.²⁷

Já em 1979, no citado *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*, Raul de Andrada e Silva dissertava longamente sobre a singularidade do exército paraguaio, “um dos setores públicos que mereceu preferencialmente os cuidados do governo” do Paraguai independente, com os “soldos” “superiores aos de qualquer categoria burocrática”. Tropas formadas através do “recrutamento” seletivo dos “jovens mais fortes e bem apessoados de cada localidade”, através de um país essencialmente camponês. Jovens que, ingressando nas tropas como soldados, podiam ascender aos “postos da hierarquia, cujo maior grau era o de Capitão”. Portanto, um exército de perfil fortemente plebeu e nacional, em tudo estranho às tropas imperiais, expressão de um Estado escravista.²⁸

O Soldado e o Oficial

A incompreensão do baixo desempenho dos soldados e dos oficiais imperiais diante da paradoxal resistência paraguaia, sobretudo quando os soldados guaranis defendiam os territórios nacionais atacados, deve-se à ignorância das determinações tendenciais dos exércitos e de seus comandantes pelas estruturas sociais profundas e suas vinculações com as mesmas. A indiscutível *genialidade* militar Napoleão foi produto de forças militares ensejadas pela França nacional-cidadã parida pela Revolução que identificava a população à nação e alçava ao oficialato seus homens mais capazes.

A surpresa de Taunay com formas paraguaias de combate não enquadradas pela oficialidade era idêntica a dos monarquistas que combatiam os patriotas franceses: “Usavam [...] de uma manobra nova: deitavam-se por traz dos acidentes do terreno e daí nos faziam fogo, deixando ver apenas as cabeças; depois, [...] furtavam-se à nossa vista.”²⁹ Luta de homens livres impossível de ser utilizada pelos exércitos imperiais e argentinos sob a ameaça permanente da deserção.

Por além da falsa modernidade, as forças armadas imperiais sofreram sempre a determinação de sociedade escravista não-nacional. Realidade registrada na visão aristocrática da oficialidade brasileira da bravura como valor intrínseco, que valorizava ataques frontais e exposição ao perigo, resultado de mortandades desnecessárias sobretudo de soldados. Falando dos momentos finais da guerra, Taunay recordava: “Osório queria atacar logo de frente desfazendo os meios de resistência do inimigo. ‘Leva-se tudo, afirmava ele, a cachações num instante.’ ‘Mas por que perder inutilmente gente?’” – objetava o conde D’ Eu, que servira em exércitos europeus.³⁰

Realidade fixada na ojeriza de Caxias à tropa formada substancialmente por negros livres, libertos, alforriados, etc., não adaptados a um exército moderno, devido ao caráter não-cidadão e não-nacional do Império, e não à *má qualidade racial*, como propunha o Barão.

²⁷ Id.ib. p. 61

²⁸ Andrada e Silva, Raul. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*. 1814-1840. Op.cit. 185.

²⁹ Taunay. *A retirada da Laguna*. Op.cit. p. 131

³⁰ Taunay. *Recordações [...]*. Op.cit. p. 52.

Em correspondência confidencial de 13 de dezembro de 1868, o velho militar, fogueado no combate aos cativos sublevados, lembrava que: “[...] todas as vitórias alcançadas, desde que me coube a honra de assumir o Comando do Exército Brasileiro, têm sido em grande parte devidas ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas, quer de infantaria, quer de cavalaria se batessem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número.”³¹

Destaque-se no ensaio as interessantes páginas sobre “O açougue paraguaio”: a impopularidade da guerra”, que retomam a tese revisionista da oposição da população brasileira livre ao confronto, o que impediu a constituição do exército nacional proposto, formado por homens livres voluntários, obrigando o arrolamento coercitivo e a compra de cativos, sobretudo quando se esvaíram as ilusões gerais da vitória em alguns meses: “Tais desapropriações [sic] eram bem pagas, a ponto de talvez terem apresentado, segundo Sodré, a maior despesa brasileira no conflito.”

130 Anos Depois

Em 23 de novembro de 1994, a Biblioteca Nacional promoveu seminário sobre a Guerra do Paraguai, sob a coordenação do historiador Carlos Guilherme Motta, com a participação do historiador inglês Leslie Bethell; do sociólogo peruano radicado no Brasil Enrique Amayo; do historiador Fernando Novaes; do historiador argentino radicado no Brasil León Pomer; do contra-almirante Max Justo Guedes; do historiador Eduardo Silva; do historiador Francisco Alambert; do advogado e crítico de arte paraguaio Ticio Escobar e de Alberto da Costa e Silva, então embaixador do Brasil em Assunção.

Patrocinado pelo Banco Real e pela Fundação Roberto Marinho [Rede Globo], com introdução especial de Leslie Bethell, o livro *Guerra do Paraguai: 130 anos depois* reuniu as breves intervenções desses destacados intelectuais, sobretudo paulistas e fluminenses, não raro sem pesquisas específicas sobre o tema. O trabalho destacou-se sobretudo pela crítica do historiador inglês à tese da influência do imperialismo britânico no conflito, não raro retomada como palavra definitiva sobre a polêmica historiográfica.³² O livro apresenta alentada “Bibliografia da Guerra do Paraguai”, com trabalhos depositados na Biblioteca Nacional.

Na introdução “A guerra do Paraguai: história e historiografia”, profundamente simpática à “Tríplice Aliança”, Leslie Bethell apresenta a guerra como decisão de Solano López – “erro que traria conseqüências trágicas para o povo uruguaio” –, motivada por razões entre as quais o eventual impulso de “personalidade megalomaniaca” com o objetivo de realizar o “sonho de construir um império”. Assinala igualmente a “pouca atenção por parte dos historiadores” que o conflito conhecia naquele então, não apenas no Brasil.³³

No texto “O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai”, questiona a tese da responsabilidade direta e indireta do imperialismo britânico, que lembra ser perfilhada, no geral ou no particular, por autores como Eric Hobsbawm, André Gunder Frank [1929-2005], León Pomer, José Alfredo Peñalba, etc.³⁴ Registra enorme admiração pela hegemonia mundial do capitalismo britânico no século 19; questiona a determinação mesmo “informal” da política sul-americana pelo imperialismo; sugere as vantagens advindas do *relacionamento* dos latino-americanos com os súditos da Rainha.

³¹ Doratioto, Francisco F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Op.cit. p. 70

³² Castro, M.E. & Marques, M. [Org.] *Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

³³ Id.ib. p. 11-24.

³⁴ Id.ib. pp. Pp. 133-150; www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf

Quando à questão em análise, destaca a importância do Brasil e da Argentina para os interesses do capitalismo britânico na América Latina e a pouca relevância do Paraguai, certamente em parte devido à especificidade daquela nação, da Independência até a Guerra, ou seja, de política estatal de controle público das terras e do comércio exterior, de sentido profundamente anti-liberal e livre-cambista e, conseqüentemente, *anti-inglês*. Assinala o interesse britânico na “unidade política” da Argentina, ou seja, apoio à oligarquia portenha e à sua política, e na “manutenção da livre navegação nos principais rios da região”.

Progresso & civilização

Leslie Bethell lembra a posição “acentuada e abertamente antiparaguaia” de *sir* Eduard Thornton (1817–1906), representante diplomático inglês no Plata, que acompanhou as confabulações contra o governo uruguaio “blanco” e defendeu diante da representação paraguaia o *direito* de interferência armada do Império no Uruguai. Reconhece que Thornton, como “também a maioria das autoridades britânicas apoiavam os Aliados”, pois viam “de modo crítico o regime de López”, considerando, “em última análise”, a Guerra como incentivadora do “progresso e civilização contra retrocesso e barbárie”. Ou seja, meio de imposição do domínio pleno do liberalismo livre-cambista na região, ao igual do que já ocorria no Brasil e na Província de Buenos Aires.

Destaca os importantes empréstimos concedidos à Argentina mitrista e ao Brasil imperial para financiarem a Guerra e o abastecimento permanente dos exércitos da Aliança em navios, canhões, munições, armas, etc., que justifica a partir da estranha idéia de que o capital não se preocupa com a política quando pode lucrar. Aceita que a “Grã-Bretanha praticamente não fez qualquer tentativa de mediação” para finalizar com o conflito, mesmo tendo López proposto, durante a guerra, conceder parte dos territórios reivindicados em troca da paz.

Os dados e as reflexões do historiador inglês corroboram a tese de que, mesmo não sendo a Guerra política incentivada diretamente pelo governo inglês, o ataque dos governos do Império e da Argentina unitarista contou sempre com a simpatia e com o apoio dos interesses britânicos. Primeiro, por “desaferrolhar” região de ordem “barbárica” anti-liberal, que dificultava o “livre comércio”. Segundo, devido os enormes negócios que assegurou ao capital britânico, certamente o grande vitorioso nesse conflito.

Leslie Bethell conclui sua vigorosa defesa do imperialismo em afirmação que fusiona simploriamente governos e populações nas suas respectivas nações, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, apresentando-as como os únicos responsáveis, ontem e hoje, pela hecatombe: “A Grã-Bretanha – e as suas supostas [sic] ambições imperialista – não podem mais ser utilizada como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai. A Guerra do Paraguai foi uma guerra civil [sic] regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota [sic].”